

9.4. RISCO OPERACIONAL

Durante o exercício de 2022 foram constatados alguns eventos que poderiam afetar a segurança das informações das carteiras geridas pelo RPPS e problema na liquidação de operações financeiras:

**1. Infraestrutura:** nobreaks dos computadores do setor apresentando falha de operação, não seguram a carga, desligando os computadores constantemente quando ocorre variação de energia: a continuidade desse problema poderá ocasionar perda das informações de controle das carteiras operacionais, visto que o controle é executado por planilhas pesadas armazenadas no próprio computador e não em um sistema Web.

**2. Pessoal:** a limitação do número de servidores efetivos e temporários para desempenharem as funções de monitoramento e de assessoria técnica a gestão fica prejudicada com reduzido quantitativo de pessoas. Assim, ocorre o caso de um servidor ser de extrema importância, com a ocorrência de ausências, licenças, férias ou outro evento impactando diretamente na gestão do núcleo. Em janeiro o setor possuía 8 servidores. Com a saída 3 de servidores, o setor encerrou o ano somente com 5 servidores, sendo 1 temporário. Até o momento não houve reposição de servidores.

**3. Bloqueios Judiciais:** a constante ocorrência de bloqueios judiciais nas contas de aplicação dos recursos previdenciários poderá impactar nas liquidações das operações financeiras, podendo gerar impacto negativo na imagem do Instituto e em prejuízos financeiros por meio de multas, juros e processos judiciais. No limite, caso o IGPREV não honre com a liquidação financeira, o Instituto poderá ser restrito a participar de algumas operações no sistema financeiro, prejudicando a busca pelo cumprimento da meta atuarial com eficácia.

**4. Sequestro Judicial:** foi sequestrado por decisão judicial o valor de R\$ 1.209.188,60 (um milhão, duzentos e nove mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta centavos) de fundos de investimentos do FUNPREV, além de recursos das contas do FINANPREV e Taxa de Administração, totalizando valor total de sequestros de R\$ 2.128.605,84.

**Contingência:**

O Nugin informou oficialmente a Diretoria Executiva sobre os riscos operacionais supracitados e solicitou a adoção das seguintes ações:

- Compra de um sistema de controle operacional das carteiras com plataforma Web;
- Substituição dos nobreaks e revisão da parte elétrica do setor;
- Providências quando aos bloqueios e sequestros das contas de aplicação e fundos de investimentos.

9.5. RISCO DE IMAGEM

Não foi constatado nenhum acontecimento com as instituições financeiras credenciadas junto ao RPPS que pudesse afetar a imagem do RPPS.

No entanto, a constantemente ocorrência de bloqueios judiciais nas contas de investimentos e agora com sequestro dos recursos aplicados nos fundos de investimentos, além de poder prejudicar a imagem do RPPS, caso ocorra algum problema de liquidação de ordem de aplicação.

9.6. RISCO LEGAL

Considerando as normativas da Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria 1.467/2022, o NUGIN observou desenquadramento passivo de 1 (um) fundo pertencente a carteira FUNPREV. O referido desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias<sup>1</sup>, conforme art. 27 da Res. 4.963/2021. Além disto, o IGPREV possui um fundo estressado, FIDC BBIF Master na carteira. Este fundo está em processo de reestruturação dos seus ativos.

**Contingência:**

- Processo judicial para reaver o valor investido no FIDC BBIF Master.
- Monitoramento dos fundos que sofreram desenquadramento involuntário.

**10. BLOQUEIOS E SEQUESTROS JUDICIAIS**

Os bloqueios e sequestros judiciais foram eventos importantes para a gestão de investimentos no ano de 2022. A partir do segundo semestre de 2022 intensificou-se o número de bloqueios judiciais a contas e fundos de investimentos. Com esta situação o NUGIN deparou-se com um aumento do seu risco de liquidez, com a impossibilidade de realizar resgate de cotas bloqueadas, sequestro de recursos em meio a operações financeiras e impacto sobre a imagem do Instituto.

Em diversas ocasiões, ao realizar a compra de títulos públicos, o NUGIN precisou solicitar resgates maiores do que os previstos para as operações, visto que a liquidação da mesma é D+1 (um dia útil após fechamento da operação), e na possibilidade de não haver na conta da custódia o valor acordado, tal infortúnio poderia acarretar em prejuízos financeiros (multas) e de imagem, incalculável para o Igeprev.

No mês de novembro e dezembro, como agravante aos bloqueios, iniciaram também os sequestros de valores, e não somente os disponíveis em contas correntes, mas também de fundos de investimentos, o que poderia representar alto risco financeiro, pois os resgates ocorreram de forma aleatória em fundos que poderiam estar com cotas negativas, realizando assim perda financeira.

Ratificamos que os recursos aplicados nos fundos de investimentos, nos títulos públicos e disponíveis nas contas correntes de investimentos são EXCLUSIVAMENTE destinados ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, para o financiamento da taxa de administração do RPPS e para o pagamento da compensação financeira conforme art. 81, §1º da portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022, e não ao pagamento de RPVs.

Na tabela a seguir, são apresentados os valores sequestrados por decisão judicial.

<sup>1</sup> Conforme a legislação 4.963/2021, art. 27 §1, dentre as situações involuntárias consideradas, os desenquadramento passivos da carteira FUNPREV ocorreram devido: i) resgate de cotas de fundos de investimento por outro cotista, nos quais o regime próprio de previdência social não efetue novos aportes; ii) valorização ou desvalorização de ativos financeiros do regime próprio de previdência social.

Tabela 17: Valor dos sequestros por decisão judicial em 2022

SEQUESTROS POR DECISÃO JUDICIAL	
CONTA D FINANPREV	R\$ 844.575,03
CONTA D FUNPREV	R\$ 1.269.836,02
CONTA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 14.194,79
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.128.605,84</b>

Fonte: NUGIN

**11. PARECER TÉCNICO NUGIN**

O parecer técnico do NUGIN refere-se à avaliação do núcleo sobre proposições estratégicas do fundo previdenciário.

Tabela 17: Estratégia de Alocação – FUNPREV Atual e Alvo NUGIN.

Estratégia	Carteira %	Estratégia Alvo	Racional
<b>Renda Fixa</b>	<b>75,36%</b> ↑	<b>80,00%</b>	<b>Qualificação da Renda Fixa: defesa da meta atuarial com menor volatilidade</b>
<b>Alocação Dinâmica</b>	<b>32,45%</b> ↓	<b>30,00%</b>	<p>Elevar ativos CDI através da compra de Tesouro SELIC, gerando redução de custos e do risco de perda de aderência ao benchmark. A perspectiva de manutenção do CDI em patamar acima da meta ao longo de um período de 3 anos mantém a estratégia atrativa.</p> <p>Prêmio de risco por assumir crédito privado na carteira está bastante interessante. Com o estresse do mercado de renda fixa, as emissões continuam robustas e possuem retorno potencial atrativo.</p> <p>A SELIC deve convergir para sua média histórica ao longo dos próximos 3 a 5 anos. Com isto, momento se torna atrativo para compra de Tesouro Pré fixado.</p> <p>Oportunidade de taxas acima da meta atuarial com o Tesouro Inflação. Taticamente, é válido vincular parcela dos recursos a SELIC até a observação de melhores taxas conforme a evolução da conjuntura, sobretudo relativo ao risco fiscal.</p>
CDI Ativo	18,54%	15,00%	
CDI Referenciado	13,91%	15,00%	
Tesouro SELIC	-	0,00%	
<b>Crédito Privado</b>	<b>1,52%</b>	<b>5,00%</b>	
Fundo de Crédito	0,56%	2,50%	
Título de Crédito	0,96%	2,50%	
Juro Nominal	-	5,00%	
Tesouro Pré Fixado	-	5,00%	
Juro Real	41,39%	40,00%	
IDRA 2	-	-	
IMA-B 5	6,37%	-	
IMA-B	3,83%	0,00%	
Vértice	3,84%	-	
Tesouro Inflação	27,35%	40,00%	
<b>Renda Variável</b>	<b>12,37%</b> ↓	<b>7,00%</b>	<b>Captura de oportunidade, com maior controle sobre custo, risco e liquidez</b>
Bolsa Brasil	12,37%	-	<p>Consolidação dos melhores gestores e busca por maior aderência ao Benchmark Ibovespa, reduzindo número de fundos e adicionando de ativos de baixo custo (ETFs). A materialização de cenários positivos (queda do juros SELIC, crescimento e fase distinta do ciclo econômico) pode gerar valor a carteira, adicionando ganhos de diversificação.</p> <p><b>Diversificação no Exterior: defesa de tese estrutural, com posição defensiva</b></p> <p>Adaptação ao cenário econômico vigente, focando no controle de risco, mas mantendo posição estrutural de diversificação no exterior. Taxas de juros globais mais altas, risco de recessão e incertezas impõe necessidade de posição defensiva. Ajuste para uma composição com maior parcela de recursos em multimercados com dólar e hedge para a captura de prêmios e oportunidades táticas.</p> <p><b>Foco em Ativos Alternativos: consistência para o longo prazo</b></p> <p>Consolidação da estratégia de investimentos alternativos, com continuidade de estudo ativos da economia real e realocação da parcela de Multimercado Brasil (em razão da baixa capacidade de agregar valor acima do CDI) para CDI e Multimercado Internacional.</p>
Livre	7,96%	-	
Ibovespa	1,66%	7,00%	
Smalcaps	1,22%	-	
FoF	1,53%	-	
<b>Exterior</b>	<b>3,81%</b> ↑	<b>6,00%</b>	
Alocação Dólar	2,77%	3,50%	
Bolsa S&P Dólar	2,38%	1,50%	
Multimercado Dólar	0,19%	1,00%	
<b>Alocação Hedge</b>	<b>1,04%</b>	<b>3,50%</b>	
Bolsa S&P Hedge	0,49%	0,00%	
Multimercado Hedge	0,55%	1,50%	
<b>Estruturado</b>	<b>8,45%</b> ↓	<b>7,00%</b>	
Multimercado Brasil	4,03%	2,00%	
Multimercado CDI+S&P	2,44%	2,00%	
Economia Real	1,98%	3,00%	
<b>FUNPREV</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: NUGIN

Assim, evidencia-se a ampliação das possibilidades de cumprimento da meta atuarial sob diversos cenários possíveis com a execução desta alocação estratégica de ativo. Um portfólio mais equilibrado, resiliente e com flexibilidade estratégia para diversos cenários econômicos e trajetórias de ativos financeiros possíveis, com um gerenciamento de risco e retorno mais eficiente do patrimônio do instituto.

**12. ANEXO 1**

Atividades estratégicas para atendimento a política de investimento 2022

	Ações Nugin	Pendências	Eventos Relevantes
	Atualização da Minuta da Política de Investimentos 2022 para atendimento a Resolução CMN 4.963/2021 - Revisão 01 - 25/01/2022	Deliberação da DIREX da Nota Técnica de Títulos Públicos Homologação do Certificado de Pro-Gestão Aquisição de Sistema de Monitoramento para a Carteira de Investimentos;	
Fevereiro	Envio da Minuta da Política de Investimentos 2022 para deliberação DIREX e posteriormente deliberação do CEP Análise e Elaboração Nota Técnica FIP Kinea IV Análise e Elaboração da Nota Técnica FIP VSH Multiestratégica Análise de Fundos de Crédito Privado	Deliberação da DIREX da Nota Técnica de Títulos Públicos Nomeação do CEP - Aprovação da PI 2022 pelo CEP Homologação do Certificado de Pro-Gestão	Amortização dos fundos vértices Amortização do FIP Kinea Private Multiestratégia
Março	Avaliação do FIP Economia Real II Aplicação em Crédito Privado	Deliberação da DIREX: Nota Técnica de Títulos Públicos; Nota Técnica FIP Kinea IV Nota Técnica FIP VSH Multiestratégica Nomeação do CEP - Aprovação da PI 2022 pelo CEP Homologação do Certificado de Pro-Gestão	Fim do prazo do envio da PI 2022 a Secretária de Previdência
Abril	Elaboração Nota Técnica Economia Real II Recomposição dos fundos IMA-B da carteira FUNPREV Avaliação do método de otimização da carteira pelo sistema Econômica Elaboração do Termo de Referência e Solicitação da contratação do serviço de ALM Elaboração do Edital de Credenciamento 2022	Deliberação da DIREX: Nota Técnica de Títulos Públicos; Nota Técnica FIP Kinea IV Nota Técnica FIP VSH Multiestratégica Nomeação do CEP - Aprovação da PI 2022 pelo CEP	